

PROCESSO - A. I. Nº 278999.0014/13-1
RECORRENTE - MINERAÇÃO ÁGUA BRANCA LTDA. - ME
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5ª JF nº 0149-05/19
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 01/04/2021

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO CJF Nº 0009-12/21-VD

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO NA ESCRITA. OPERAÇÕES REGULARMENTE ESCRITURADAS. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **b)** RECOLHIMENTO A MENOR. 2. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **a)** BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO. **b)** MATERIAIS DE CONSUMO. 3. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. FALTA DE ENTREGA NOS PRAZOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO. MULTA. 4. DMA. OMISSÃO DE DADOS. MULTA. 5. ARBITRAMENTO. PRÁTICA DE SONEGAÇÃO. SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. 6. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. PRODUTOS ENQUADRADOS NO REGIME DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. OPERAÇÕES DE SAÍDA DO ESTABELECIMENTO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO POR ARBITRAMENTO. Uma vez notificado o contribuinte sobre o lançamento do crédito tributário, a este é concedido o prazo para oferecer defesa administrativa, a qual, desde que apresentada, dá início à lide. Enquanto o processo perdurar, o tributo não se constitui definitivamente. Somente com a constituição definitiva, ou seja, com a conclusão do PAF (“trânsito em julgado” administrativo), é que se inicia o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para a Fazenda ajuizar a execução fiscal, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional. Inexistência de questões de mérito na peça recursal. Rejeitada a preliminar de invalidade. Indeferido o pedido de realização de diligência. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decretada, de ofício, Auto de Infração de **Procedente** para **Procedente em Parte**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra a Decisão proferida por meio do Acórdão da 5ª JF nº 0149-05/19, que julgou Procedente o Auto de Infração acima epigrafado, com a redução das multas atinentes às infrações 05/06, lavrado no dia 19/12/2013, para exigir crédito tributário no valor histórico de R\$ 763.355,55, sob a acusação do cometimento das 08 (oito) irregularidades assim designadas pelo órgão da instância de base, *in verbis*:

“1. Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Consta na descrição dos fatos que decorre do confronto dos valores da DMA com os valores recolhidos (2009) - R\$ 1.632,83 acrescido da multa de 50%.

2. Recolheu a menos o ICMS em decorrência do desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração. Consta na descrição dos fatos que decorre do confronto dos valores da DMA com os valores recolhidos e declarados em Denúncias Fiscais (2009) - R\$ 13.005,36 acrescido da multa de 60%.

3. Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais nas aquisições de mercadorias adquiridas em outras Unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do estabelecimento (2008 e 2009) - R\$ 12.810,53.

4. Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais nas aquisições de mercadorias adquiridas em outras Unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento (2008 e 2009) - R\$ 539,18.
5. Falta de entrega de arquivos magnéticos, nos prazos previstos na legislação, os quais deveriam ter sido enviados pela Internet através do programa Transmissão Eletrônica de Dados (TED), caracterizando omissão de entrega do arquivo (2008 e 2009). Multa de R\$ 1.380,00 por mês – R\$ 33.120,00.
6. Declarou incorretamente dados nas informações Econômico-Fiscais apresentadas através de DMA (2008 e 2009). Multa de R\$ 140,00 por mês (2008 e 2009) - R\$ 1.680,00.
7. Deixou de recolher o ICMS, apurado por meio de arbitramento da base de cálculo, em virtude da falta de apresentação ao Fisco de documentação fiscal e contábil, relativo aos exercícios de 2008 e 2009, sob a alegação de extravios (2008) - R\$ 535.683,37.
8. Deixou de recolher o ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo a operações internas subsequentes nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, decorrente de arbitramento (2008) - R\$ 164.884,28”.

A Junta de Julgamento Fiscal (JJF) apreciou a lide no dia 19/09/2019 e decidiu pela Procedência (com redução da multa) nos seguintes termos (fls. 707 a 717):

“VOTO

O Auto de Infração acusa o cometimento de oito infrações, todas contestadas pelo autuado.

Inicialmente, cabe apreciar a nulidade suscitada sob alegação de cerceamento do direito de defesa em razão de i) falta de visto do saneador; ii) ciência feita por pessoa não autorizada; iii) falta de juntada de provas materiais e iv) ausência de motivos para proceder arbitramento da base de cálculo das infrações 7 e 8, sem observância do disposto no art. 939 do RICMS/97.

No que se refere ao primeiro argumento, constato que conforme esclarecido pelo autuante na fl. 1 do AI foi aposto o visto do Saneador, bem como foi juntado o Termo de Saneamento com o visto da autoridade fazendária às fls. 611 e 612. Portanto, além de ser uma formalidade de controle interno, os elementos contidos nos autos comprovam a regularidade.

Quanto ao argumento de que a ciência foi feita por pessoa não autorizada, constato que a ciência do AI em 20/12/13 foi feita pela Sra. Ana Maria Santos Santos Souza, que foi a mesma pessoa que assinou a intimação para entrega de documentos fiscais no dia 05/11/2013, conforme carimbo aposto na intimação identificando-se como Gerente Financeiro da sociedade empresarial. Também assinou declaração a Comissão de Sindicância Investigativa, conforme documento de fl. 38, dirigida à Presidente da Comissão de Sindicância Investigativa (Marilda de Moura Requião), na condição de Gerente Financeiro. Portanto, restou comprovado que a ciência foi feita regularmente. Além disso, na petição da defesa adicional (fls. 690/694) o sócio da empresa (Antonio Lecival Oliveira Miranda) requereu que fosse considerada a data da ciência em 20/12/13 para efeito de contagem de prazo decadencial. Logo, reconheceu tacitamente a legalidade da ciência da autuação.

Quanto aos argumentos de que as infrações não se fazem acompanhar de prova material e que o arbitramento foi feito sem obedecer a critérios regulamentares, observo que todas as infrações foram descritas de forma clara, com indicação dos dispositivos infringidos e multas tipificadas, se fazem acompanhar de demonstrativos fiscais, foram juntadas cópias de notas fiscais (fls. 111 a 535), cópia do Boletim de Inteligência Fiscal nº 0743/2013 (fls. 41 a 56) e Termo de Fiscalização para arbitramento da base de cálculo (fls. 14 e 15), pedido de autorização para proceder ao arbitramento (fl. 16) e autorização do Inspetor Fazendário (fl. 17) em conformidade com o disposto nos artigos 937 e 938 do RICMS/97.

Concluo que os procedimentos fiscais adotados estão em conformidade com o disposto na legislação do ICMS, não implicando em cerceamento do direito de defesa, mesmo porque, a empresa compreendeu e se defendeu de todas as infrações.

Quanto às questões de mérito, inclusive sobre a apuração da base de cálculo do arbitramento, serão apreciadas no momento próprio.

Quanto ao pedido de realização de diligência fiscal formulado para comprovar “o efetivo registro de documentos fiscais” em relação às infrações 7 e 8, constato que a fiscalização juntou ao processo, cópias de livros fiscais que foram apresentados e anexado ao processo, bem como termos que solicitou autorização e deferimento para proceder ao arbitramento da base de cálculo, o que será apreciado no julgamento de mérito das infrações, motivo pelo qual nego o provimento ao pedido de diligência requerida, com base no art. 147, I, “a” do RPAF/BA, tendo em vista meu convencimento sobre a presente lide.

O sujeito passivo requereu a aplicação do instituto da decadência em relação aos fatos geradores ocorridos no período de janeiro a novembro de 2008, tendo em vista que só foi cientificado da autuação em 20/12/2013, tendo ocorrido prazo superior a cinco anos, nos termos do art. 150, §4º do CTN (infrações 3, 4, 5, 6, 7 e 8).

Observo que este Conselho de Fazenda Estadual segue as premissas do Incidente de Uniformização (IU) nº PGE 2016.194710-0 exarado pela Procuradoria do Estado que em termos gerais, preconiza que se conta o

prazo decadencial:

A) A partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento no art. 150, § 4º do CTN, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, mas efetua o pagamento em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas:

B) A partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, com fundamento no art. 173, § 1, do CTN, quando:

a) o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, mas não efetua o respectivo pagamento;

b) o contribuinte não declara a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omite a realização da operação ou prestação tributável;

c) o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, efetua o pagamento da importância pecuniária declarada, porém, posteriormente, o Fisco verifica que o valor recolhido foi menor que o efetivamente devido em virtude da configuração de dolo, fraude ou simulação (art. 173, I, do CTN).

Pelo exposto, a apreciação da materialização da decadência será analisada em relação a cada infração, seguindo estas premissas contidas no citado Incidente de Uniformização PGE/PROFIS.

Passo a seguir, a apreciar as questões de mérito.

No que se refere à infração 1 (recolhimento a menos do imposto recolhido/escriturado), constato que na defesa inicial o sujeito passivo alegou ser insubsistente, “pois não houve apresentação pela autuada dos seus livros fiscais” (fl. 626) e na defesa complementar (fl. 692) argumentou que o valor exigido já foi declarado na Denúncia Espontânea (DE) nº 6000003113/10-0, de 16/12/2010.

Com relação à primeira alegação, constato que não procede, visto que a cópia do livro de Apuração do ICMS à fl. 67, indica o valor exigido de R\$ 1.623,83, relativo ao mês de janeiro/2009.

No que se refere à segunda alegação, constato que na apuração do ICMS do mês 01/2009 (fl. 65), foi deduzido o valor de R\$ 63.842,30, contido na DE nº 6000003113/10-0, conforme demonstrativo de fl. 106.

Pelo exposto, restou comprovado que o valor exigido foi declarado e não recolhido, e também não integra o valor da Denúncia Espontânea.

Fica mantida a procedência da infração 1.

No tocante à infração 2 (Recolhimento a menos em decorrência do desencontro dos valores escriturados/recolhido) foram apresentados os mesmos argumentos da infração 1. Refere-se a valores exigidos de R\$ 5.177,65 e R\$ 7.827,71, pertinentes aos meses 11/2009 e 12/2009.

Da mesma forma que apreciado na infração 1, a cópia do livro de Apuração do ICMS às fls. 95 a 100, evidencia o recolhimento a menos dos valores exigidos (fls. 97 e 100).

Também, os valores de R\$ 101.123,80 (11/2009) e R\$ 85.583,01 (12/2009) contidos na DE 6000003113/100 (fl. 106) foram deduzidos na apuração do imposto dos meses 11/2009 e 12/2009, conforme cópias dos demonstrativos de fls. 95 e 98.

Portanto, procedente a infração 2.

Quanto à infração 3 (diferença de alíquotas/ativo), o autuado alegou que não foi provado que os garrações integram o ativo fixo da empresa, pois são comercializados juntos com a água mineral.

Na defesa adicional, alegou que descaíram os valores exigidos no período de 01/01/2008 a 30/11/2008.

Com relação à prejudicial de mérito da decadência, observo que conforme apreciado inicialmente, o IU nº PGE 2016.194710-0 orienta que se aplica o disposto no art. 150, § 4º do CTN, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, mas efetua o pagamento em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas e a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, “b. o contribuinte não declara a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omite a realização da operação ou prestação tributável”.

Na situação presente, constato que a DMA consolidada de 2008 (fl. 158) não indica qualquer valor de entrada ou saída de mercadorias, nem débito ou crédito do ICMS. Também as DMAs de janeiro a dezembro/2008 (fls. 159 a 206) não indicam qualquer movimentação de valores.

Pelo exposto, não tendo o contribuinte registrado as operações, nem apurado o ICMS DIFAL que foi exigido, a contagem do prazo deve ser feita a partir do primeiro dia do exercício seguinte em que o lançamento deveria ser escriturado, fato que não ocorreu. Assim sendo, não tendo registrado as operações de aquisições de ativo, o Fisco não tinha como homologar o imposto devido. Consequentemente, a contagem do prazo deve ser feita a partir do 1º dia do exercício seguinte e não ocorreu a decadência solicitada, tendo em vista que o Fisco não tinha obrigações contabilizadas para que pudesse homologar os valores apurados e devidos pelo contribuinte. Concluo que não ocorreu a decadência pleiteada.

Quanto à primeira alegação de que não foi provado que os garrações integram o ativo fixo da empresa, pois são comercializados, observo que em se tratando de exigência do ICMS DIFAL que decorre da entrada das mercadorias adquiridas em outros Estados da Federação (garrações), o contribuinte pode ter adquirido as mercadorias para revender ou comercializar.

No caso de venda de garrações juntos com a água mineral, é cabível a utilização do crédito fiscal relativo ao ICMS pago ao Estado de origem e do ICMS antecipação parcial ao Estado de destino (Bahia), cujos créditos fiscais são admitidos para serem compensados no débito relativo às vendas das mercadorias.

Na situação presente, o autuante juntou cópias de vendas de mercadorias às fls. 513 a 535, nas quais só constam vendas de água mineral, não tendo constatado venda de garrações.

Pelo exposto, restou comprovado que não há vendas de garrações no período fiscalizado, de acordo com as provas juntadas aos autos. Como o defendente não juntou ao processo qualquer prova quanto à alegação de que os produtos são comercializados (garrações), não acato o argumento defensivo.

Ressalto, que em se tratando de embalagens (garrações), é comum que o comerciante adquirindo mercadorias (garrações) que vende e ativa, segrega quantidades destinadas ao ativo fixo (imobilizações) e circulante (comercialização). Como o sujeito passivo não apresentou qualquer prova ao processo para contrapor as apresentadas pela fiscalização, decido que se trata de aquisição de bens destinados ao ativo fixo, mesmo porque não comprovou o pagamento do ICMS antecipação parcial das mercadorias objeto da autuação que alega ter comercializado.

Dessa forma, considero procedente a infração 3.

Relativamente à infração 4 (diferença de alíquotas/uso) o defendente alegou que a fiscalização cometeu equívocos de apuração, cobrando a diferença de 10% ao invés de 5%, e que não lhe foram fornecidas cópias das notas fiscais para assegurar os valores exigidos.

Quanto ao percentual da diferença de alíquota, constato que o demonstrativo de fl. 152, indica que a N.F. 15649, emitida pela SAMPLAS INDÚSTRIA, se refere a material de uso ou consumo adquirido no Estado de Alagoas e correta a apuração da base de cálculo e imposto devido pela diferença entre a alíquota interna (17%) e a interestadual de 12%, resultando em 5%.

Já as operações com as NF 43967. 14085, 17579, 17.736, 17737, 17987, 17988 e 142 e 143 foram emitidas por empresas localizadas no Estado de São Paulo, cuja diferença de alíquota cobrada em 10% (17% - 7%) está correta, em conformidade com a legislação do imposto (art. 69 do RICMS/97).

Pelo exposto, a infração 4 é totalmente procedente.

Quanto à infração 5 que aplica multa de R\$ 1.380,00 por mês, pela falta de entrega de arquivos magnéticos, na defesa inicial, o defendente alegou que foi assaltado e roubados os documentos e CPUs (computador) e pediu que a multa fosse cancelada ou reduzida (fls. 627/628).

Na defesa complementar (fl. 628), o autuado alegou terem decaído os fatos geradores de 01/08 a 11/08.

Quanto à preliminar de mérito da decadência, observo que conforme apreciado inicialmente, o IU nº PGE 2016.194710-0, orienta que aplica quando o contribuinte “não declara a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omite a realização da operação ou prestação tributável” aplica-se o disposto no art. 173, I do CTN, com a contagem do prazo a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao que deveria ter ocorrido o lançamento.

Na situação presente, a DMA consolidada do exercício de 2008, foi entregue sem qualquer informação de movimentação de entradas ou de saída de mercadorias, conforme cópia à fl. 158, bem como as DMAs entregues no período de janeiro a dezembro/2008, juntadas às fls. 159 a 266 também não indica qualquer movimentação.

Portanto, o defendente não declarou qualquer movimento na apuração mensal do ICMS e por isso, a contagem do prazo seguindo a orientação contida no IU nº PGE 2016.194710-0, é que o prazo para contagem da decadência, é a partir do primeiro dia do exercício seguinte. Por isso, fica rejeitado o pedido de decadência da multa aplicada.

Quanto ao pedido de redução da multa sob alegação de roubo de documentos e das CPUs, primeiro observo que o defendente não apresentou qualquer prova nesse sentido, motivo pelo qual não pode ser acatado. Em segundo lugar, mesmo que tivesse ocorrido o roubo em um determinado mês, não justificaria a falta de entrega ou entrega em branco das DMAs durante dois anos (2008 e 2009) tendo em vista que foi declarado que “perdemos todo nosso banco de dados até julho de 2011” (fl. 38).

Pelo exposto, não tendo o contribuinte prestado as informações econômico-fiscais que estava obrigado, inclusive da apuração do ICMS devido no mês, entendo que não preenche o requisito previsto no art. 42, § 7º da Lei 7.014/96, para redução ou cancelamento da multa, por não ter sido comprovado que a infração tenha sido praticada sem que “impliquem falta de recolhimento do imposto”.

Fica mantida a procedência integral da infração.

No que se refere à infração 6 que aplica multa por ter declarado incorretamente dados nas DMA (2008), o autuado alegou que a “Multa acessória indevida, pois a DMA é extraída do Livro de Apuração de ICMS, pelo

motivo da empresa não ter apresentado, não há como comprovar omissão de dados, inexistindo esta penalidade”.

Esta alegação não tem respaldo, tendo em vista que conforme documentos juntados às fls. 536 a 561, foram demonstradas as aquisições por meio de notas fiscais informadas por terceiros totalizando R\$509.514,29 no período, bem como as notas fiscais emitidas juntadas às fls. 513 a 535.

Como apreciado anteriormente, o contribuinte apresentou a DMA consolidada de 2008 (fl. 158) sem indicação de qualquer movimentação de mercadorias, bem como as DMAs mensais de janeiro a dezembro/2008 (fls. 159 a 266) o que configura o descumprimento da obrigação acessória prevista no art. 333, § 1º, I do RICMS/97 e correta a aplicação da multa por entrega da DMA com dados incorretos, prevista no art. XVIII, “c” da Lei 7.014/96.

Infração procedente.

Quanto às infrações 7 e 8, que exige ICMS apurado por meio de arbitramento da base de cálculo (infração 7) e ICMS retido (infração 8), na qualidade de sujeito passivo por substituição.

Quanto à preliminar de mérito da decadência, conforme apreciado na infração 5, o sujeito passivo não transmitiu os arquivos magnéticos, não apresentou os livros fiscais e entregou as DMAs do período (junho a dezembro/2008) sem qualquer informação de movimentação de entradas ou de saída de mercadorias. Portanto, não tendo escriturado, nem declarado as operações que incidem o ICMS, neste caso, a contagem do prazo seguindo a orientação contida no IU nº PGE 2016.194710-0 é a partir do primeiro dia do exercício seguinte. Por isso, fica rejeitado o pedido de decadência das infrações 8 e 9.

No mérito, o defendente alegou que o levantamento fiscal não:

- i) Se faz acompanhar das “provas materiais do arbitramento”;*
- ii) Obedeceu às regras contidas no art. 939 do RICMS/97;*
- iii) Tem Termo de Fiscalização anexo. Estes argumentos foram contestados ponto a ponto pela fiscalização.*

Conforme descrito na infração, a apuração da base de cálculo por meio de arbitramento decorreu de o contribuinte não ter apresentados livros ao fisco. Constatou que o contribuinte foi intimado para fazer entrega de livros e documentos fiscais em 05/11/2013, relativo aos exercícios de 2008 e 2009, e não entregou os livros fiscais pertinentes ao exercício de 2008, nem apresentou os arquivos magnéticos (SINTEGRA), e apresentou DMAs sem dados (fls. 205 a 266), sob a alegação de perda do banco de dados (fl. 38).

O art. 937, I do RICMS/97 estabelece que:

Art. 937. A fiscalização estadual poderá fazer o arbitramento da base de cálculo do ICMS, quando o contribuinte incorrer na prática de sonegação do imposto e não for possível apurar o montante real da base de cálculo, desde que se comprove qualquer dos casos seguintes:

I - falta de apresentação, ao fisco, dos livros fiscais ou da contabilidade geral, ou sua apresentação sem que estejam devidamente escriturados, bem como dos documentos necessários à comprovação de registro ou lançamento em livro fiscal ou contábil, inclusive sob a alegação de perda, extravio, desaparecimento ou sinistro dos mesmos;

Portanto, não tendo feito a escrituração dos livros fiscais, nem apresentado os livros e documentos fiscais mediante a intimação, feito a entrega das declarações sem dados (DMAs) e não ter feito a entrega dos arquivos magnéticos (SINTEGRA – fls. 154/157), nos termos do art. 937, I do RICMS/97, existe respaldo legal para proceder ao arbitramento da base de cálculo, tendo em vista, que não foram escrituradas as operações praticadas pela sociedade empresarial, não apurou o ICMS devido, nem informou em arquivos magnéticos que estava obrigado sobre as operações praticadas, sujeitas à incidência do imposto, além de ter feito entrega de declarações econômicas fiscais (DMA) sem quaisquer dados. Dessa forma, as ações e omissões praticadas autorizam o arbitramento da base de cálculo, tendo em vista que as escriturações fiscal e contábil do contribuinte se tornaram insuficientes para determinar o valor das entradas, das saídas e dos estoques das mercadorias, nos termos do Parágrafo Único, do art. 937 do RICMS/97.

Com relação às formalidades legais, observo que diante da não entrega dos arquivos magnéticos no prazo legal, de entrega de DMAs sem dados relativos às entradas e saídas de mercadorias, da não entrega de livros e documentos fiscais relativos ao período arbitrado (junho a dezembro de 2008), a fiscalização lavrou o Termo de Fiscalização de Arbitramento da Base de Cálculo (fls. 14 e 15), requisitou autorização do Inspetor Fazendário (fl. 16) que concedeu a autorização (fl. 17), tudo conforme disposto no art. 939, I e Parágrafo único do RICMS/97.

Quanto à metodologia aplicada, observo que no demonstrativo analítico de fl. 267, não tendo o autuado apresentado livros e documentos fiscais, foi tomado como base, a média das operações de três meses, para apurar a base de cálculo, tendo sido deduzido do ICMS apurado o montante dos créditos de notas fiscais de entradas coletados em estabelecimentos de terceiros (fls. 267 a 287) e dos valores recolhidos no período, tudo conforme disposto no art. 938, I-B, §6º do RICMS/97, atualizado monetariamente.

No que se refere à infração 8, o autuante corretamente adicionou a MVA de 30% (outras mercadorias) prevista no art. 938, I, “e” do RICMS/97, apurou a base de cálculo e o ICMS devido. Portanto, não tendo apresentado

outras provas e tudo que foi exposto, concluo que na situação em questão foi justificável a apuração da base de cálculo por meio de arbitramento, a metodologia aplicada está conformidade com o que determina a legislação do ICMS, devendo ficar mantida a exigência fiscal. Infrações 7 e 8 procedentes.

Quanto ao pedido de redução da multa nos moldes da Decisão contida no Acórdão CJF 0331-12/15 entendo não ser cabível, nos termos do § 7º, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, tendo em vista que o procedimento do contribuinte implicou em “falta de pagamento de imposto” que é um dos requisitos para redução da multa.

Entretanto, entendo ser cabível a exclusão dos valores das multas aplicadas nas infrações 5 e 6, relativo à não entrega de arquivos magnéticos (infração 5) e de dados incorretos na DMA (infração 6) que motivaram a apuração da base de cálculo do imposto por meio de arbitramento da base de cálculo. Como o arbitramento foi aplicado no período de junho a dezembro de 2008, a multa por descumprimento da obrigação principal das infrações 7 e 8 (arbitramento, 100% e 150%) absorvem as multas aplicadas por descumprimento de obrigações acessórias do mesmo período nos termos do art. 42, § 5º da Lei nº 7014/96, que estabelece:

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

[...]

§ 5º A multa pelo descumprimento de obrigação acessória será absorvida pela multa para o descumprimento da obrigação principal, sempre que se tratar de cometimento em que o descumprimento da obrigação principal seja uma consequência direta do descumprimento da obrigação acessória, servindo a infração relativa à obrigação acessória como circunstância agravante da relativa à falta de recolhimento do imposto devido em relação ao mesmo infrator.

Pelo exposto, acolho o pedido de afastamento das multas nas infrações:

INFRAÇÃO 5: No período de junho a dezembro/2008 (7 x R\$1.380,00 = R\$9.960,00) o que implica na redução do débito de R\$33.120,00 para R\$23.460,00;

INFRAÇÃO 6: No período de junho a dezembro/2008 (7 x R\$140,00 = R\$980,00) o que implica na redução do débito de R\$1.680,00 para R\$700,00.

Com isso, as infrações 5 e 6 são julgadas procedentes, com a redução do débito.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, com redução do débito das infrações 5 e 6”.

(...) Demonstrativo

Respalado no art. 169, I, “b” do RPAF/99 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia), o sujeito passivo interpõe Recurso Voluntário às fls. 725 a 731.

Preliminarmente, suscita a invalidade do ato, por entender que não foi cientificado da lavratura de forma regular.

Em seguida, referindo ao art. 5º, LXXVIII da CF/88 (Constituição Federal), bem como à Lei Federal nº 9.784/99 e à Lei Complementar nº 939/03, do Estado de São Paulo, ressalta que a lide está em trâmite administrativo há cinco anos e nove meses, situação da qual resultam valores de acréscimos legais vultosos, capazes de atingir de forma significativa o seu patrimônio e de causar-lhe transtornos.

Solicita o encaminhamento dos autos à PGE/PROFIS (Procuradoria do Estado), para que se pronuncie acerca das matérias de direito, e encerra requerendo seja julgado nulo o Auto de Infração.

O conselheiro Eduardo Ramos de Santana declarou impedimento por ter participado da Decisão de piso.

VOTO

Conforme o que restou muito bem esclarecido no Acórdão da JJF, a notificação da lavratura do Auto de Infração ocorreu no dia 20/12/2013, o que está evidenciado à fl. 05, cujo campo destinado a tal fim foi assinado pela sra. Ana Maria Santos Santos Souza.

A mesma senhora, identificada como gerente do setor financeiro, assinou a intimação para a apresentação de livros e documentos de fl. 13, datada de 05/11/2013, bem como o documento de fl. 38, no qual o sujeito passivo se dirige à Comissão de Sindicância Administrativa desta Secretaria da Fazenda, para comunicar perdas de bancos de dados devido a roubos.

Por outro lado, nos termos assinalados na Decisão de origem:

“(…) na petição da defesa adicional (fls. 690/694) o sócio da empresa (Antonio Lecival Oliveira Miranda)

requereu que fosse considerada a data da ciência em 20/12/13 para efeito de contagem de prazo decadencial. Logo, reconheceu tacitamente a legalidade da ciência da autuação”.

No que diz respeito ao prazo de trâmite do Processo Administrativo Fiscal (PAF), uma vez notificado o contribuinte sobre o lançamento do crédito tributário, a este é concedido o prazo para oferecer defesa administrativa, a qual, desde que apresentada, dá início à lide.

Enquanto o processo perdurar, o tributo não se constitui definitivamente.

Somente com a constituição definitiva, ou seja, com a conclusão do PAF (“trânsito em julgado” administrativo), é que se inicia o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para a Fazenda ajuizar a execução fiscal, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional.

Dito impedimento do curso do prazo prescricional, se dá também porque o inciso III, do art. 151 do Código Tributário Nacional, determina que a defesa ou o recurso administrativo suspendam a exigibilidade do crédito tributário.

Ora, se o tributo não pode ser exigido, não pode ser executado.

Em razão da suspensão e da ausência de previsão legal específica, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.113.959, firmou o entendimento de que não corre o prazo prescricional durante o curso do Processo Administrativo Tributário, não havendo que se falar, portanto, em prescrição intercorrente na esfera administrativa.

Rejeitada a preliminar de nulidade.

Todos os elementos necessários ao julgamento estão contidos nos autos. Indefiro o pedido de conversão do feito em diligência à PGE/PROFIS, com fulcro no art. 147, I, “a” do RPAF/99.

Embora não tenha sido suscitada na peça de irresignação, cumpre esclarecer que a prejudicial de decadência foi corretamente rejeitada no julgamento originário, tendo em vista a inexistência de recolhimento de ICMS no período auditado.

Inexistente questão de mérito na peça recursal.

Mantida a Decisão recorrida.

Em face do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, e de ofício, modifico o Auto de Infração de PROCEDENTE para PROCEDENTE EM PARTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado, e de ofício, modificar a Decisão recorrida, julgando **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **278999.0014/13-1**, lavrado contra **MINERAÇÃO ÁGUA BRANCA LTDA. - ME**, devendo ser intimado o recorrente, para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$728.555,55**, acrescido das multas de 50% sobre R\$1.632,83, 60% sobre R\$26.355,07, 100% sobre R\$535.683,37 e 150% sobre R\$ 164.884,28, previstas no art. 42, incisos I, “a”, II, alíneas “b” e “f”, IV, “i” e V, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas no valor total de **R\$24.160,00**, previstas no incisos XIII-A, “j” e XVIII, “c” da citada Lei e Artigo, com os acréscimos moratórios previstos na Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de janeiro de 2021.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE – REPR. DA PGE/PROFIS